



Liberdade, Equidade e Emancipação

Atas do XV Congresso da

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação



SOCIEDADE PORTUGUESA

DE CIÊNCIAS

DA EDUCAÇÃO

Título:

Liberdade, Equidade e Emancipação. Atas do XV Congresso da SPCE

Organizadores:

Luis Grosso Correia

Tiago Neves

Editor:

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Tratamento gráfico:

eventQualia

Foto de capa:

Marta Azevedo

Suporte:

Eletrónico

Data da publicação:

dezembro 2021

ISBN: 978-989-95390-4-4



Todo o conteúdo desta publicação, exceto onde esteja identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons.

A expressão escrita e conteúdo dos textos é da exclusiva responsabilidade do/as respetivo/as autore/as.



UM OLHAR SOBRE OS FATORES DE RISCO PARA O ABANDONO ESCOLAR PRECOCE NO ENSINO PROFISSIONAL NA REGIÃO DE LEIRIA

Sara Lopes¹, Catarina Mangas², Carla Freire³ e Sandrina Milhano⁴

^{1,2}ESECS, CICS.NOVA.IPLeiria, Politécnico de Leiria, Portugal, sara.lopes@ipleiria.pt

*ESECS, CICS.NOVA.IPLeiria – iACT, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal.
catarina.mangas@ipleiria.pt*

*^{3,4}ESECS, CI&DEI, CICS.NOVA.IPLeiria-iACT, Politécnico de Leiria, Portugal.
sandrina.milhano@ipleiria.pt, carla.freire@ipleiria.pt*

Resumo

O abandono escolar precoce caracteriza-se por um afastamento das crianças e jovens da escola, antes de concluírem a escolaridade obrigatória. É um fenómeno complexo, associado a aspetos de natureza educativa e a fatores sociais, que pode levar a situações de vulnerabilidade e exclusão social e económica.

Até 2020 os Estados Membros da União Europeia comprometeram-se a reduzir a percentagem de abandono escolar precoce para menos de 10%. O projeto europeu - Orienta4Yel (Erasmus +), que se encontra a ser desenvolvido por Instituições de Ensino Superior de cinco países (Espanha, Portugal, Alemanha, Roménia e Reino Unido), foi criado com o objetivo de contribuir para a redução desta percentagem através do desenvolvimento, implementação e avaliação de métodos e práticas de ensino e aprendizagem inovadoras.

No contexto português, o estudo, de cariz misto, foi efetuado em sete escolas da região de Leiria com cursos profissionais, tendo-se recolhido dados através de questionários e entrevistas semiestruturadas, individuais e em grupo, a elementos das direções, professores e alunos. Através desta metodologia, procurou-se, entre outros objetivos, compreender os fatores de risco para o abandono escolar precoce destes jovens e/ou dos seus pares.

O corrente artigo apresenta os resultados das entrevistas realizadas, onde se evidencia que os fatores que mais contribuem para o risco de abandono escolar precoce relacionam-se com as questões familiares (famílias destruídas, com baixos rendimentos e nível académico), questões pessoais (baixa autoestima, desmotivação e falta de objetivos de vida) e questões estruturais (currículos poucos adequados, carga horária excessiva e elevada componente teórica dos cursos).

Palavras-chave: abandono escolar precoce, fatores de risco, cursos profissionais.

Abstract

Early school leaving is characterized by children and young people leaving school before completing compulsory education. It is a complex phenomenon, associated with educational aspects and social factors, which can lead to situations of vulnerability and social and economic exclusion.

By 2020 the Member States of the European Union have committed to reduce the percentage of early school leavers to less than 10%. The European project - Orienta4Yel (Erasmus +), which is being developed by Higher Education Institutions from five countries (Spain, Portugal, Germany, Romania and the United Kingdom), was created with the aim of contributing to the reduction of this percentage through the development, implementation and evaluation of innovative teaching and learning methods and practices.

In the Portuguese context, the study, of mixed nature, was carried out in seven schools in the region of Leiria with professional courses, having collected data through questionnaires and semi-structured interviews, individual and in group, to elements of the directions, teachers and students. Through this methodology, we tried, among other objectives, to understand the risk factors for early school leaving of these youngsters and/or their peers.

The current article presents the results of the interviews carried out, where it is evident that the factors that most contribute to the risk of early school leaving are related to family issues (destroyed families,

low income and academic level), personal issues (low self-esteem, demotivation and lack of life goals) and structural issues (poorly adequate curricula, excessive workload and high theoretical component of the courses

Keywords: early school leaving, risk factors, professional courses.

1. INTRODUÇÃO

Em sociedades em que o saber escolar determina quase todas as dimensões da vida dos indivíduos, quem não conseguir dominar os conteúdos programáticos poderá experienciar sentimentos de frustração, de exclusão e de desintegração social. Para fazer face a estas questões de insucesso e abandono escolar precoce, a aposta em percursos escolares mais longos e alargados a todas as camadas sociais, tem sido uma das estratégias seguidas por alguns países europeus, como Portugal, para procurar cumprir as orientações emanadas pela União Europeia (COM, 2010).

As consequências negativas (desemprego, pobreza, exclusão social, etc.) que esta problemática levanta para o indivíduo, para a sua família e para a sociedade onde se insere, tem motivado os investigadores a procurarem melhor compreender o fenómeno e a apontar estratégias de intervenção. É nesse sentido que surge o projeto de investigação – Orienta4YEL -, num consórcio entre a Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha), entidade promotora, o Politécnico de Leiria (Portugal), a Universidade de Bath (Reino Unido), a Universidade de Bucareste (Roménia) e a Universidade de Bremen (Alemanha), que decorre ao longo de 3 anos (2019-2021).

O projeto tem como propósito conhecer a realidade dos vários países, no sentido de desenvolver e implementar métodos e práticas inovadoras focadas em mecanismos de orientação e ação tutorial que promovam a educação inclusiva de jovens em risco de abandono escolar precoce. Pela sua pertinência e atualidade, o projeto é financiado pelo Erasmus +, Programa da União Europeia, com a referência 604501-EPP-1-2018-1-ES-EPPKA3-IPI-SOC-IN.

- 1) O Orienta4YEL decorre em 8 fases de trabalho (*Work Package*):
- 2) Reuniões para atribuição de tarefas e estratégias a realizar por cada parceiro (*Work Package 1*);
- 3) Recolha de dados nas instituições selecionadas por cada parceiro, para identificação de fatores de risco, estratégias de prevenção e de reingresso associadas ao abandono escolar precoce (*Work Package 2*);
- 4) Criação de um plano de ações tutoriais e de orientação a disponibilizar aos agentes educativos que participaram na fase 2 (*Work Package 3*);
- 5) Formação contínua aos agentes educativos a partir do plano desenvolvido na fase 3 (*Work Package 4*);
- 6) Avaliação das ações tutoriais e de orientação implementadas (*Work Package 5*);
- 7) Divulgação dos principais resultados entre os parceiros envolvidos e em eventos científicos (*Work Package 6*);
- 8) Relatório final de descrição da implementação do projeto (*Work Package 7*);
- 9) Avaliação interna e externa do projeto (*Work Package 8*).

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados do *Work Package 2*, designadamente os que decorrem do contexto português, e que se centram na recolha qualitativa e análise das perspetivas de jovens, professores e membros das direções de sete escolas participantes sobre os fatores que mais contribuem para o risco de abandono escolar precoce em cursos de ensino profissional da região de Leiria.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A ideia da escola para todos é introduzida em Portugal na década de 1970 pela reforma do Ministro da Educação Veiga Simão (Lei 5/73), concretizada pelo aumento da escolaridade obrigatória para oito anos, e pela defesa de percursos diversificados no ensino secundário, como os cursos técnico-profissionais, uma aposta na democratização do ensino que abria a possibilidade a outras camadas sociais, para além das elites, acederem ao ensino superior. No entanto, com a Revolução de 1974, a promissora Lei 5/73 não foi regulamentada, sendo suspensos os cursos técnico-profissionais. As

orientações políticas seguintes, do período democrático, encetaram uma unificação no ensino secundário, acabando com o ensino profissional (Grácio, 1998).

A reforma no ensino de José Seabra, em 1983, procurou reintroduzir o ensino técnico e profissional, todavia com pouca adesão, traduzindo-se num insucesso, como referem Cerqueira e Martins (2011).

O ensino profissional é novamente considerado no sistema de ensino português em 1989 (Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro), com a reforma de ensino que aprova a lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 outubro), alargando o ensino obrigatório para 9 anos e valorizando o ensino técnico e profissional (Grácio, 1998), através da criação de condições para a sua implementação, que acontece 3 anos mais tarde pelo Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro.

O aparecimento do ensino profissional em 1989, como um novo tipo de educação de nível secundário, é considerado por Azevedo (2009) como um imperativo ético, ao procurar assumir-se como um campo de novas oportunidades, promotor de igualdades e de desenvolvimento humano para os jovens, com ou sem percursos de insucesso ou em risco de abandono escolar.

A partir dos anos 90 do século XX, até meados da primeira década da centúria atual, o nível de ensino secundário português, com uma duração de 3 anos, após um ensino básico obrigatório de 9 anos, era oferecido: a) nas Escolas Secundárias através dos cursos gerais e cursos tecnológicos; b) nas Escolas Profissionais (cursos profissionais) e c) nos Centros de Formação, a partir de um modelo de ensino em alternância. Qualquer destas ofertas tem a duração de 3 anos e contempla uma formação geral ou sociocultural, formação específica ou científica e formação técnica ou tecnológica (Azevedo, 2009). Para além destes traços comuns, há diferenças significativas entre o ensino profissional e o “tradicional” das escolas secundárias, ao nível dos modelos pedagógicos, por módulos e não por disciplinas; ou ao nível do modelo de administração e gestão, em que a autonomia e a participação das instituições privadas da sociedade contrasta com a intervenção direta e centralizada do Estado.

A oferta de cursos profissionais é norteada tendo em conta as necessidades locais e regionais, contemplando uma formação tecnológica e prática, certificada e orientada para as necessidades do mercado de trabalho.

A aposta em vias de ensino mais profissionalizantes na qualificação de jovens para a sua inserção adequada no mercado de trabalho, procurando a redução das taxas de abandono escolar precoce que se situavam acima dos 40% no início do século XXI (Pordata, 2019), conduz a novas reformas no nível secundário do ensino, introduzidas pelo Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março. Do conjunto das reformas, destacamos a valorização do ensino profissional com o alargamento da oferta destes cursos às escolas secundárias da rede pública, substituindo os cursos tecnológicos. Esta medida traduziu-se num aumento do número de inscritos nesta modalidade de ensino, passando dos 27.995 alunos, apenas em escolas profissionais, no ano letivo de 1998/99, para os 36.765, em 2004/05, na rede pública e privada, sendo em 2016/17 mais de 114 mil os inscritos em cursos de ensino profissional (DGEEC, 2018).

O ensino profissional pretendeu ser uma alternativa para muitos alunos prosseguirem estudos através de uma via profissionalizante, capacitando-os para o ingresso no mercado de trabalho ou para o acesso ao ensino superior, designadamente pelo recém-criado concurso especial de acesso para as vias profissionalizantes (Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril). No entanto, esta via alternativa pode estar a ser confundida como um caminho “fácil” para o encaminhamento de alguns alunos provenientes de contextos mais desfavorecidos ou com resultados menos positivos no final do 3º ciclo do ensino básico, sobretudo com o aumento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos (Lei nº 85/2009, de 27 de agosto). Uma preocupação que tem sido reiterada, por exemplo, por Azevedo (2009) ou Santos (2016), porque não só desvirtua os objetivos desta modalidade de ensino, como contribui para uma descredibilização da mesma.

Ainda que o prolongamento da escolaridade obrigatória possa ser um fator importante para a democratização do acesso a níveis mais elevados de qualificação, na realidade nem todos os jovens o conseguem concretizar. Em Portugal, em 2019, 10,6% dos jovens entre os 18 e os 24 tinham abandonado a escola sem completar o ensino secundário (Pordata, 2019).

O abandono escolar precoce constitui a etapa final de um caminho pautado por dificuldades na apropriação dos códigos da escola. A literatura aponta para origens de carácter multifatorial, relacionando-o com aspetos de natureza pessoal, familiar, socioeconómica, de classe, de género, do sistema educativo (Vallejo & Dooly, 2013; Silva & Pinto, 2016; Barreto, Coelho, Baião, Jerónimo, Silva e Silva (2016), e, também, com aspetos relacionados com os decisores políticos ao não terem em conta a opinião dos jovens (Downes, 2013), aquando da elaboração de medidas políticas acerca da problemática.

É assumido que o abandono escolar precoce tem repercussões na vida dos indivíduos, podendo afetar os rendimentos económicos, o bem-estar, aumentar o risco de desemprego, de pobreza, potenciar a exclusão social, reduzir as oportunidades de participação na sociedade, ao nível cultural, económico, social ou político (Comissão Europeia, 2011; Magalhães, Macedo, Araújo & Rocha, 2015; Mateus, Pinho & Amaral, 2018).

O abandono escolar precoce tem vindo a ser tratado, no âmbito das políticas públicas, como um dos grandes desafios a ser superado pelos países europeus. Os estados membros da União Europeia comprometeram-se, até 2020, a reduzir a percentagem de abandono escolar precoce para valores abaixo dos 10%. Portugal tem procurado cumprir com as metas traçadas. Em 2019 a taxa de abandono escolar precoce situou-se nos 10,6% (Pordata, 2019), um valor que coloca o país numa situação muito favorável para o cumprimento das metas estabelecidas. Estes resultados são o reflexo de algumas políticas adotadas pelos vários governos de Portugal ao longo das últimas duas décadas, designadamente: o incentivo à formação contínua de professores; a criação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), a partir da Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2016, que confere autonomia às escolas para a implementação de ações estratégicas que contribuam para solucionar problemas de aprendizagem, de inclusão social, entre outros (Mangas, Lopes, Milhano & Freire, 2020); ao nível do ensino secundário, o alargamento da escolaridade obrigatória, primeiro para 9 anos e mais recentemente para os 12 anos (Lei 85/2009, 27 agosto); e a oferta de cursos profissionais nas escolas da rede pública (Araújo, Macedo, Santos & Dorftei, 2019).

Estas estratégias concertadas para a elevação da qualificação dos jovens, norteadas pelas orientações das instituições europeias, assentem em três grandes objetivos, como preconizado por Magalhães, Araújo, Macedo e Rocha (2015): o da inclusão social, o da garantia da qualidade do ensino e o da qualificação dos jovens para o mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

Pelo exposto fica claro que o abandono escolar precoce constitui um fenómeno que merece um olhar atento e interventivo de várias áreas de investigação.

É neste contexto que surgiu o projeto Orienta4YEL, para desenvolver, implementar e avaliar métodos e práticas inovadoras focadas em mecanismos de orientação e ação tutorial que contribuam para uma educação inclusiva de jovens, que estão em risco de abandono escolar precoce.

Com este artigo pretende-se apresentar a análise sobre as perceções dos elementos da comunidade educativa (diretores das escolas, professores e alunos) sobre os fatores que mais contribuem para o risco de abandono escolar precoce, de forma a dar resposta à questão de investigação: “Quais os fatores que mais contribuem para o risco de abandono escolar precoce de alunos de cursos profissionais de escolas da região de Leiria?”

A investigação apresentada no corrente artigo, enquadra-se numa abordagem qualitativa, em quem se procura conhecer e interpretar os fatores de risco associados ao abandono escolar precoce, a partir de um estudo exploratório e descritivo (Coutinho, 2015; Lune & Berg, 2017).

Para a investigação, cada um dos cinco parceiros europeus do projeto tinha a liberdade de escolher as instituições de ensino e o nível de ensino, desde que correspondesse a alunos que tivessem uma faixa etária entre os 12 e os 21 anos. No caso de Portugal, a equipa de investigação, do Politécnico de Leiria, por conveniência geográfica, contactou escolas da região que oferecem cursos profissionais, por se entender que esta modalidade de ensino é a que tem sido menos estudada pela comunidade científica.

Das vinte e três escolas contactadas, as que correspondem às escolas da região que oferecem cursos profissionais, sete acederam ao pedido da equipa, sendo cinco escolas secundárias com cursos profissionais (E1, E2, E4, E6, E7) e duas escolas profissionais (E3 e E5) que se localizam em cinco municípios da região de Leiria: Leiria (E1 e E2), Batalha (E7), Marinha Grande (E3), Pombal (E4, E5) e Porto de Mós (E6).

Para a seleção dos participantes, foi solicitada a colaboração dos Diretores das respetivas Escolas/Agrupamentos, para a indicação de um representante dos órgãos diretivos de cada uma das escolas, de professores com cargos de direção de turma ou coordenação de curso e de delegados ou representantes das turmas ou outros alunos que estivessem familiarizados com a temática. No total, participaram nesta investigação sete elementos da direção das escolas, 42 professores e 68 alunos,

As técnicas de recolha de dados foram as entrevistas, individuais e em grupo, com recurso a guiões semiestruturados, construídos por todos os parceiros do Orienta4YEL e, portanto, iguais aos que

foram aplicados nos restantes países, sendo as entrevistas individuais dirigidas aos elementos dos órgãos diretivos das escolas, um por cada escola, e os grupos focais aos restantes participantes.

Os dados foram gravados em áudio e vídeo, para apoio ao processo de transcrição que procurou respeitar as marcas do discurso oral. Para garantir o anonimato dos participantes, recorreu-se à codificação do material transcrito, usando-se a letra 'E' para designar a escola, a letra 'D' para representar os membros da direção, o 'P' referente aos professores e o 'A' relativo aos alunos, seguindo um número associado a cada elemento.

Para o tratamento dos dados recolhidos, recorreu-se ao software MAXQDA18 para a análise de conteúdo, realizada a partir de três categorias definidas previamente: *“riscos de abandono escolar precoce”*, *“estratégias de prevenção do risco de abandono escolar precoce”* e *“estratégias de reingresso”*. Para cada categoria foram identificadas quatro subcategorias: fatores institucionais, sociais, familiares e pessoais, tendo emergido, no decorrer da recolha de dados, uma quinta subcategoria, os fatores estruturais. Para este artigo considera-se apenas os dados obtidos a partir da análise da primeira categoria – *“riscos de abandono escolar precoce”*.

Por forma a assegurar os procedimentos éticos da investigação, todos os participantes (Diretores de Escola/Agrupamento, professores e alunos) foram informados dos objetivos do estudo e a todos foi solicitado, antes da realização da entrevista, autorização para a recolha de dados e gravação da imagem e áudio, através do Consentimento Informado, Esclarecido e Livre.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a compreensão dos riscos de abandono escolar precoce foram consideradas questões estruturais, institucionais, sociais, familiares e pessoais. A apresentação dos dados segue estes tópicos, primeiro de forma individual e, posteriormente, numa análise conjunta, por forma a responder à questão de investigação.

4.1. Fatores estruturais

Os participantes no estudo destacam como fatores estruturais, que contribuem para o risco de abandono escolar precoce, elementos relacionados com os planos curriculares, com conteúdos definidos pelo Ministério da Educação, considerados desajustados face à necessidade real do mercado de trabalho (E6D, E3P, E2A, E3A, E4A, E7A), tornando a oferta formativa pouco apelativa, sem resposta para todos os jovens (E1D), com forte componente teórica (E5D, E6P, E7P, E5A) e com carga horária excessiva (E6P, E7P, E1A, E2A, E3A, E4A, E5A, E7A) - *“Eles passam muitas horas dentro das salas de aulas e a filosofia de um ensino profissional não era essa, era muito mais prático. Eles entram aqui às 8 e meia e muitas vezes saem às cinco e meia, seis. Estão fechados um dia inteiro”* (E7P3).

4.2. Fatores institucionais

Os elementos representantes das direções das instituições participantes e os professores destacam como fatores institucionais elementos relacionados com a operacionalização dos currículos. No que se refere às perspetivas dos alunos sobre o papel da entidade formadora nas atividades educativas, destacam a falta de confiança e de suporte da instituição (E1A, E2A, E6A) - *“Temos aqui psicóloga na escola [...] as pessoas vão para lá, falam [...] desabafa com a pessoa e tudo o que sai de lá vai contar aos pais [...] no meio disto tudo ficam baralhados e não querem falar com ninguém, preferem guardar tudo para eles”* (E1A1) -, a falta de recursos materiais (E3A, E4A, E5A, E6A, E7A), de manutenção das infraestruturas (E3A, E5A) e uma informação pouco clara ou desequilibrada relativamente aos diferentes cursos e às suas atividades (E7A).

4.3. Fatores sociais

Os líderes das escolas envolvidas e os professores que participaram no estudo, não destacam de forma explícita as questões sociais como elemento fundamental para compreender os riscos de abandono escolar precoce, referindo o relacionamento entre pares (E7D) e a influência negativa das redes de apoio - *“Se todos eles pensarem da mesma forma eles nunca vão mudar a forma de pensar. Se todos eles não têm motivação, se todo o grupo de amigos não tem motivação, a escola não interessa, não vão mudar, não vão mudar de ideias”* (E1P1). Os alunos, apontam, também, a

dificuldade relacional com os pares (E1A, E3A, E5A, E7A) e alguns destacam a relação menos positiva com os professores (E3A, E6A) - *“Se não tivermos apoio dos professores é verdade que pode dar vontade de desistir, se os professores nos fizerem, entre aspas, passar por burros, é verdade que nesse caso aí não dá muita vontade de continuar a estudar”* (E7A2).

4.4 Fatores familiares

As questões familiares são um dos pontos mais focados por todas as direções das escolas, professores e alunos. Identificam a existência de famílias destruturadas (E1D, E2D, E3D, E4D, E6D), por vezes inseridas em contextos desfavorecidos (E5D, E6D, E7D) e com baixo rendimento económico (E4D, E5D, E6D, E7D), advindo, nomeadamente, da existência de situações de desemprego (E6D), de gastos associados a consumo de substâncias aditivas (E1D) e da dependência de subsídios estatais (E3D) - *“Normalmente, vêm de famílias destruturadas [...] a realidade socioeconómica aqui terá, portanto, o seu efeito, portanto, será de pessoas que se viram logo para o mercado de trabalho, outras vezes por questões de tradição familiar, famílias problemáticas, consumos, há sempre aqui a questão de consumos de substâncias”* (E1D).

São também unânimes no que diz respeito à relevância atribuída à família no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos, particularmente no que diz respeito à influência que a mesma pode ter na tendência dos seus filhos quererem abandonar os estudos. Deste modo, destaca-se novamente a existência de famílias disfuncionais (E1P, E2P, E3P, E6P), o ambiente familiar instável (E1P, E5P) - *“alguém que tenha muitos problemas familiares eu deduzo [...] que essa pessoa vai querer sair de casa para se afastar um bocado, [...] acabam por vir para a escola com muitas coisas na cabeça e não conseguem estudar, o que vai dar más notas, o que vai dar talvez, uma mau estudo, então acho que é um bocadinho difícil conciliar os problemas familiares com a escola”* (E2A1) -; a falta de afeto (E1A, E2A, E3A, E7A) e baixo valor atribuído à escola (E4P, E5P, E7P, E1A, E6A) que gera desinteresse e afastamento das mesmas relativamente ao percurso académico dos seus educandos - *“Temos também ainda, encarregados de educação que não sabem ler, não sabem ler mesmo, fiquei chocada, mas isto, nós ainda temos isto na nossa escola e temos muita gente com a 4º classe, 6º ano, portanto, não há uma posição nem um entendimento por parte da família e a importância que a escola pode trazer à vida deles”* (E5P2).

4.5. Fatores pessoais

Do ponto de vista dos participantes nas entrevistas existem, também, fatores pessoais que contribuem para o abandono escolar precoce dos jovens, nomeadamente o seu desinteresse e desmotivação pela escola (E2D, E4D, E5D, E6D, E7D, E1P, E2P, E3P, E4P, E5P, E6P, E7P, E1A, E2A, E3A, E4A, E5A, E6A, E7A) - *“quando as pessoas abandonam a escola, algumas são por desinteresse, ou dinheiro porque querem trabalhar, às vezes, também é por desmotivação”* (E6A9) - que advém da falta de objetivos de vida (E1P), das baixas expectativas que têm face ao curso (E7A) e à conclusão da sua formação escolar e da necessidade de independência financeira (E1P, E5P) - *“Eu acho que o principal é a desmotivação. [...] não veem o interesse de estar na escola, não reconhecem a mais valia e portanto, andam cá para cumprir a escolaridade obrigatória sem qualquer tipo de motivação”* (E1P3).

Indicam, também, aspetos relacionados com a dependência de substâncias (E3D, E5D), com gravidezes precoces e/ou a existência de menores a cargo (E6D, E7D, E6P).

Os dados apresentados evidenciam a multiplicidade de fatores que podem contribuir para a saída antecipada da escola, o que corrobora outros estudos nacionais e internacionais sobre esta problemática. Nikolaou, Papa e Gogou (2018), a partir de uma análise efetuada a alguma literatura publicada, indicam quatro principais aspetos que potenciam o abandono escolar: de natureza familiar, geográfica, institucional e política. Na mesma linha, Silva e Pinto (2016), a partir de um projeto realizado com cinco países europeus - *Too Young to Fail* - referem a combinação de fatores de carácter individual, educativo e socioeconómico, aspetos também destacados por Araújo, Macedo, Santos e Dorftei (2019) referindo-se a fatores de ordem macro, micro e meso.

Ainda que os entrevistados neste estudo, valorizem as cinco subcategorias previamente definidas como fatores de risco para o abandono escolar, os aspetos de natureza individual (fatores familiares e pessoais) foram os mais destacados, seguindo-se os aspetos externos, que resultam das orientações do Ministério da Educação (fatores estruturais). Resultados que vão, também, ao encontro do estudo de Barreto, Coelho, Baião, Jerónimo, Silva e Silva (2016) sobre o abandono escolar experimentado e vivido por jovens que saíram da escola antes de concluírem o ensino secundário. Os autores

identificam os fatores individuais, associados a constrangimentos externos, como a influência da família, dos pares, dos professores ou da própria escola, a percepções internas, que evidenciam dificuldades de aprendizagem e a necessidade de construção da autonomia individual.

“[...] do ponto de vista dos alunos, antes de ser físico, visível e estatisticamente mensurável, o abandono escolar é psicológico e sinal de um processo de não apropriação dos códigos da escola. É sinal de resistência, afinal, visto que só muito tempo depois de se detetarem os primeiros sinais de dificuldade se regista a quase “confissão” de abandono porque não se é capaz. Por outro lado, partindo do princípio de que a relação pedagógica é necessariamente interativa não sei até que ponto a escola não os abandonou primeiro” (Silva & Pinto, 2016, p. 606).

Em suma, os fatores de risco mais apontados para a saída precoce dos jovens do sistema educativo, como já evidenciado no início deste artigo, assumem características multifatoriais (familiares, pessoais e estruturais) e multidimensionais (micro, meso e macro).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, resulta claro que os fatores que mais contribuem para o risco de abandono escolar precoce relacionam-se com as questões familiares, onde se destacam as famílias destruídas, muitas vezes com baixos rendimentos e que vivem com base em subsídios. Muitas destas famílias têm um baixo nível académico, desvalorizando a educação escolar dos seus filhos/educandos. Os próprios alunos salientam, em muitos casos, a falta de atenção, apoio e afeto por parte da família.

São também evidenciadas as questões pessoais, como a desmotivação, falta de interesse e de objetivos de vida dos alunos. Neste ponto destacam-se a baixa autoestima e pouca resiliência dos alunos e alguns casos de consumo de substâncias psicotróficas e estupefacientes e gravidezes precoces.

Os programas curriculares pouco adequados, carga horária excessiva e uma forte componente teórica dos cursos, comparativamente com a dimensão prática, são os fatores de natureza estrutural apontados pelos diversos intervenientes entrevistados, que segundo os mesmos contribui para o risco de abandono escolar precoce.

Os fatores sociais tiveram pouco destaque, nesta amostra, tendo sido referidos, ainda que com pouco ênfase, a influência que terceiros podem ter na vida dos alunos e algumas dificuldades relacionais entre pares e com professores.

Após o afastamento dos formandos há, no entanto, fatores de ordem estrutural, institucional, social, familiar e pessoal que, segundo os participantes, contribuem para fomentar o seu desejo de regressar aos bancos da escola.

Em síntese, a pesquisa realizada corrobora o que tem vindo a ser apresentado por outros estudos, identificados ao longo deste texto, reiterando a diversidade de causas, associadas a várias instituições, como a escola, a família ou o Estado. Como já tivemos a oportunidade de referir noutro contexto (Mangas, Lopes, Milhano e Freire, 2020), as respostas para este fenómeno devem partir de uma visão holística tendo em conta as várias dimensões envolvidas.

Agradecimentos. Este trabalho é cofinanciado pelo Erasmus + Programa da União Europeia, com a referência 604501-EPP-1-2018-1-ES-EPPKA3-IPI-SOC-IN.



REFERÊNCIAS

a) Livro

Grácio, S. (1998). *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.

Coutinho, C. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra: Almedina.

Lune, H., & Berg, B. (2017). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Long Beach: Pearson.

b) Artigo

Azevedo, J. (2009). *Escolas Profissionais 1989-2009: As Oportunidades e os Riscos de uma Inovação Educacional que viajou da Margem para o Centro*. *Propuesta Educativa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais*, pp. 12-49.

Magalhães, A., Macedo, H., Araújo, E. & Rocha, C. (2015). EARLY SCHOOL LEAVING IN PORTUGAL. *Policies and actors' interpretations*. *Educação Sociedade e Culturas*, n.º 45, 97-119.

c) Ata em reunião científica

Silva, C. & Pinto, J. (2016). *Insucesso e abandono escolar precoce. Algumas perspetivas para a prevenção*. In M. G. Alves, L. L. Torres, B. Dionísio & P. Abrantes (Orgs.). *A educação na Europa do Sul: constrangimentos e desafios em tempos incertos: 1ª Conferência Ibérica de Sociologia da Educação*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (pp. 599-614).

d) Dissertação/Tese

Dissertação / Tese disponível na Internet

Santos, M. (2016). *As vozes dos alunos de uma escola profissional sobre o ensino profissional – um estudo*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta). Consultado em https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6373/1/TMAGE_Mar%C3%ADliaSantos.pdf

e) Referências de artigos online

Araújo, H., Macedo, E., Santos, S. & Dorftei, A. (2019). *Tackling early school leaving: Principals' insights into Portuguese upper secondary schools*. *Eur J Educ*. 2019; 54, pp.151–162. <https://doi.org/10.1111/ejed.12328>

Barreto, Coelho, Baião, Jerónimo, Silva & Silva (2016). *O abandono escolar perante os constrangimentos da exclusão e a atração do mundo do trabalho*. *Série-Estudos, Campo Grande, MS, set./dez., v. 21, n. 43, pp. 23-43*. Acedido a 11 outubro 2020 em <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1005>

Cerqueira, M. & Martins, A. (2011) *A consolidação da Educação e Formação Profissional na Escola Secundária nos últimos 50 anos em Portugal*. *Revista Lusófona de Educação*, 17, 123-145. Consultado em 31 julho, em file:///C:/Users/monic/Downloads/2369-Texto%20do%20artigo-8227-1-10-20110813.pdf

Downes, P. (2013). *Developing a framework and agenda for students' voices in the school system across Europe: From diametric to concentric relational spaces for early school leaving prevention*. *European Journal of Education*, 48, 346–362. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12035>

Mangas, C.; Lopes, S.; Milhano, S. & Freire, C. (2020). *Promover o regresso de alunos nos cursos profissionais: estratégias de operacionalização e possibilidades para reflexão*. In S. Oliveira e Sá, F. Freitas, P. Castro, M. González Sanmamed & A. Pedro Costa (Ed.). *INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO: AVANÇOS E DESAFIOS*, Vol. 2, ISSN: 2184-7770, ISBN: 978-989-54759-1-9, <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/issue/view/2>

Mateus, S., Pinho, F. & Amaral, P. (2018). *O Projeto Below 10 – prevenir e combater o abandono escolar*. *Jornal de Sociologia da Educação*, nº 2, maio, pp. 1-10. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17216/1/jse-n2-projetos.pdf>

Nikolaou, S. M., Papa, M., & Gogou, L. (2018). *Early School Leaving in Greece and Europe and Educational Inequality: Actions and Policies against Educational and Social Exclusion*. *European Journal of Social Sciences Education and Research*. Consultado em 3 de dezembro em <http://journals.euser.org/index.php/ejser/article/view/ejser-2018.v5i1-483>.

Vallejo, C., & Dooly, M. (2013). *Early school leavers and social disadvantage in Spain: From books to bricks and vice-versa*. *European Journal of Education*, 48, 390–404. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ejed.12037>

f) Relatório técnico online

COM (2010). Communication from the Commission: EUROPE 2020 a strategy for smart, sustainable and inclusive growth. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020&from=en>.

Comissão Europeia (2011). Combater o abandono escolar precoce: Um contributo essencial para a Estratégia «Europa 2020». Bruxelas: Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52011DC0018>

g) Legislação

Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril, Diário da República n.º 66/2020, Série I de 2020-04-02, disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/131016733/details/maximized>

Lei n.º 85/2009 - Diário da República n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27, disponível em Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto - Pesquisas - DRE

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março Diário da República n.º 73/2004, Série I-A de 2004-03-26, disponível em https://dre.pt/pesquisa/-/search/210801/details/maximized?print_preview=print-preview&perPage=25&q=Lei+n.%C2%BA%2010%2F97

Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, Diário da República n.º 18/1989, Série I de 1989-01-21

Lei 46/86 de 14 outubro Lei n.º 46/86, Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14

h) Endereços web

DGEEC (2018). Educação em Números. Portugal 2018. Consultado em 1 fevereiro de 2020, em [https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=945&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_EducacaoEmNumeros21.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=945&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_EducacaoEmNumeros21.pdf)

Pordata (2019) - Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo. Consultado em 11 de outubro, em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-433>